



CÂMARA MUNICIPAL DE TOCANTINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 010, DE 05 DE ABRIL DE 2022

“Dispõe sobre a compra e venda de sucata e peças avulsas no âmbito do Município de Tocantins/MG e dá outras providências”.

Autor: Washington Luiz Nunes Apolinário

O povo de Tocantins, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os estabelecimentos de comercialização de sucata, ferro-velho, reciclagem e afins, no Município de Tocantins, ficam obrigados a manter o registro das informações sobre a procedência dos fios, cabos, elementos de rede, equipamentos, materiais e artefatos compostos de aço, cobre, alumínio, zinco, ferro e outros assemelhados provenientes de serviços de telefonia, mensagens telegráficas, transferência de dados ou fornecimento de energia, TV a cabo e internet informando a origem e a destinação do material e o responsável pelo fornecimento do produto adquirido.

§ 1º - O registro será efetuado da seguinte forma:

I - Manual: realizado em livro próprio com folhas numeradas, com a finalidade de inscrever os dados exigidos nesta Lei;

II - Eletrônico: realizado em sistema informatizado, mantido pelo estabelecimento, com a finalidade de armazenar e disponibilizar os dados exigidos nesta Lei.

§ 2º - Os estabelecimentos abrangidos por esta Lei deverão registrar os dados de qualificação do fornecedor, constando nome, documento de identificação (RG, CPF, CNPJ), telefone, endereço, dados de origem e quantidade do material adquirido.

§ 3º - Ao se tratar de material oriundo de doação ou inutilização, o responsável deverá manter documento de declaração feito pelo doador do material contendo os dados descritos no parágrafo anterior.

Art. 2º - Considera-se comerciante de sucata, ferro-velho, reciclagem e assemelhados toda e qualquer pessoa física ou jurídica que colete, adquira, tenha em depósito, utilize como matéria prima, recicle, beneficie, compacte, exponha à venda, conduza ou transporte material metálico procedente de anterior uso comercial, residencial, industrial ou de concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos, ainda que a título gratuito.



CÂMARA MUNICIPAL DE TOCANTINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 3º - Os estabelecimentos que não mantiverem os registros estabelecidos nesta Lei, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - Multa de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por quilo de cobre e/ou ferro em seu poder;

II - Aplicação da multa prevista no inciso I deste artigo em dobro, em caso de reincidência;

III - Suspensão das atividades do estabelecimento infrator, sem prejuízo da sanção prevista no inciso II desse artigo, caso o estabelecimento persista na conduta reincidente;

IV - A penalidade de suspensão poderá ser afastada, quando o estabelecimento infrator comprovar a regularização dos materiais em seu poder ou seu descarte adequado bem como quando fornecer informações suficientes sobre o responsável pela venda, doação ou inutilização.

Art. 4º - São objetivos desta Lei:

I - desestimular a comercialização clandestina de fios, cabos, elementos de rede e equipamentos necessários ao fornecimento de serviços de telefonia, energia elétrica, internet, TV a cabo e transferência de dados, tendo em vista o seu alto valor no mercado clandestino;

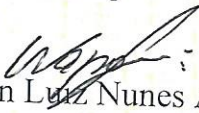
II - controlar e fiscalizar de modo eficaz a execução das atividades dos estabelecimentos de comercialização desses produtos, pela identificação e correção de eventuais abusos, desvios, fraudes administrativas e prática de crimes;

III - diminuir o furto, o roubo e a receptação de fios, cabos, elementos de rede e equipamentos cuja função seja possibilitar a prestação de serviços de energia elétrica ou de serviços de telecomunicações, subtraídos de empresas e concessionárias, públicas ou privadas e de pessoas físicas ou jurídicas;

IV - combater e impedir o crescimento do crime organizado em Tocantins e região, mediante o estímulo aos comerciantes descritos no art. 2º, para que informem ou denunciem irregularidades que contribuam para a identificação e a apuração de infrações administrativas e penais.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Dr. Manoel Cataldo, da Câmara Municipal de Tocantins, 05 de abril de 2022.


Vereador Washington Luiz Nunes Apolinário



CÂMARA MUNICIPAL DE TOCANTINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 010/2022

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Nos últimos anos, tem se tornado mais frequente em Tocantins os casos de furto, roubo e receptação de fios de cobre e outros componentes elétricos. Os atos de vandalismo danificam as redes de telefonia, a sinalização de trânsito e até a transmissão de força e luz, mas afetam também residências e a rede de comércio da cidade. O material subtraído das instalações (cobre, ferro etc.) vai, geralmente, para os ferros-velhos, e o roubo pode estar alimentando o tráfico de drogas, especialmente crack, além do crime organizado, que exporta toneladas de cobre no mercado negro.

Sendo assim, a questão passaria pelo comércio ilegal, pelo desabastecimento de energia causado pelos danos elétricos, e pela saúde pública. Desse modo, o furto, o roubo e a receptação de fios e cabos de redes de serviço de telefonia, transferência de dados e fornecimento de energia elétrica são condutas de especial gravidade em razão do potencial dano decorrente da interrupção do serviço correspondente. Basta imaginar a abrupta interrupção de fornecimento de energia a uma unidade hospitalar, onde centenas de pacientes dependem do funcionamento de equipamentos elétricos para se manterem vivos.

Em vista disso, proponho incrementar os instrumentos administrativos e legais de prevenção, fiscalização e repressão para essas condutas, tornando-os mais severos, para evitar a ocorrência desses crimes, por via da prevenção geral local.

Conto com a aprovação deste projeto por parte dos ilustres Parlamentares.